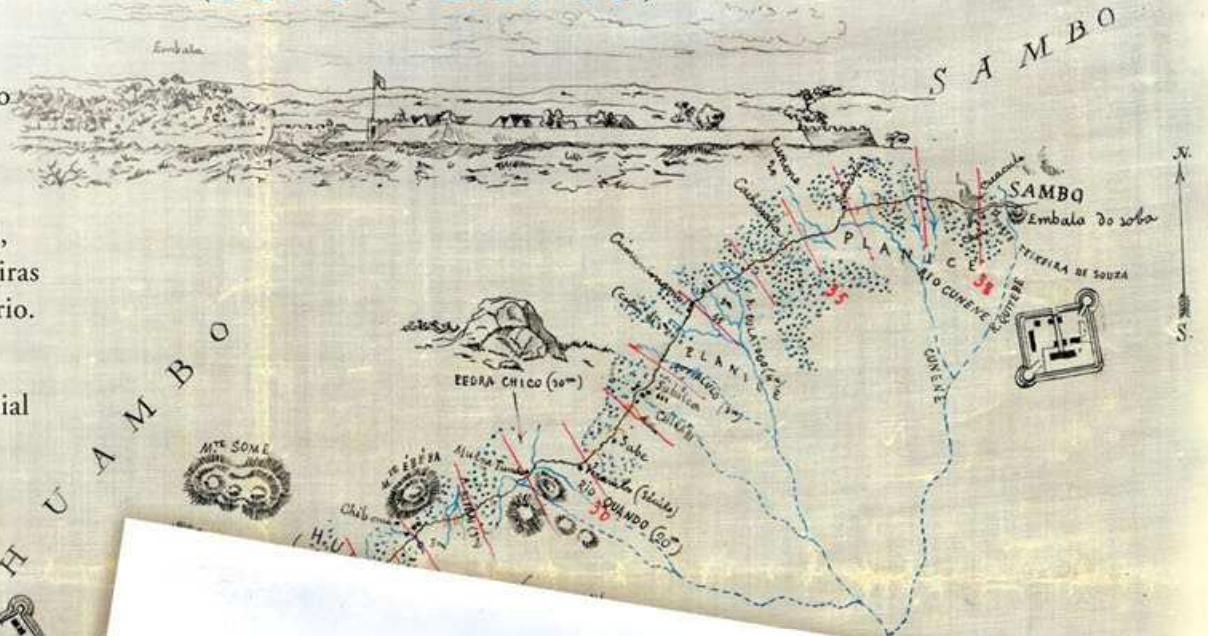


COLÓQUIO INTERNACIONAL . LISBOA
7 A 10 DE NOVEMBRO DE 2006

CARTOGRAFAR ÁFRICA EM TEMPO COLONIAL (1876 - C.1940)

SUB-TEMAS

- 1 Processos de produção e divulgação da Cartografia colonial.
- 2 Política Internacional, delimitação de fronteiras e ocupação de território.
- 3 Poderes tradicionais e reorganização colonial do espaço.



PATROCÍNIOS

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



COLÓQUIO INTERNACIONAL
CARTOGRAFIAR ÁFRICA EM TEMPO COLONIAL
(1876-C.1940)

Lisboa, 7 a 10 de Novembro de 2006

Auditório do Centro Científico e Cultural de Macau

Sub-temas

1. Processos de produção e divulgação da cartografia colonial.
2. Política internacional, delimitação de fronteiras e ocupação dos territórios.
3. Poderes tradicionais e reorganização colonial do espaço.

Organização

Instituto de Investigação Científica Tropical

Projecto Cartografia, Política e Territórios Coloniais. Comissão de Cartografia (1883-1936). Um registo patrimonial para a compreensão histórica dos problemas actuais.

Presidente – Maria Emília Madeira Santos

Secretário-Geral – Victor Luís Gaspar Rodrigues

Comissão Organizadora

João Carlos Garcia
João Diogo
Manuel Lobato
Maria João Soares
Maria Manuel Torrão
Miguel Jasmims Rodrigues
Vitor Luís Gaspar Rodrigues

Comissão Científica

Adelino Torres
Adriano Moreira
Alberto da Costa e Silva (Brasil)
Carlos Lopes (Guiné)
Eduardo Costa Dias
Ilídio do Amaral
Isabel Castro Henriques
Jean-Luc Vellut (Bélgica)
Jorge Braga de Macedo – *ex officio*
José Pereira Osório
Luís Aires de Barros
Luís Covane (Moçambique)
Manuel Veiga (Cabo Verde)
Maria Emília Madeira Santos
Virgílio Coelho (Angola)

Apoios

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação Portugal África
Centro Científico e Cultural de Macau
Cafés Delta

Cartografar África em Tempo Colonial (1876-c.1940)

A história da cartografia portuguesa tem cultivado com particular atenção a época da expansão e dos descobrimentos. No entanto pouco se sabe sobre os mapas elaborados pelos cartógrafos portugueses nos séculos XIX e XX, quando são notáveis a quantidade e a qualidade das cartas que representam as mais variadas áreas do globo com particular incidência nas colónias portuguesas de África.

O presente colóquio «Cartografar África em Tempo Colonial (1876-c. 1940)» resulta do projecto Cartografia, Política e Territórios coloniais. Comissão de Cartografia (1883-1936): um registo patrimonial para a compreensão histórica dos problemas actuais, que se propunha proceder à reconstituição virtual da produção e funcionamento da Comissão de Cartografia. Pretendia-se assim construir, através do vasto acervo disperso por várias unidades do IICT e outras instituições afins, um instrumento operativo com várias aplicações, desde a cartografia, a política e a diplomacia, até ao estudo das realidades históricas, antropológicas, geográficas, e ambientais das regiões tropicais que foram objecto de missões científicas enviadas aos territórios coloniais.

O período cronológico abrangido por este colóquio é um pouco mais extenso do que a duração da Comissão de Cartografia, porque, na verdade, os antecedentes esclarecem as origens e interacção da Comissão e porque, após a sua extinção, muitos trabalhos foram concluídos pelas instituições que se lhe seguiram.

A terra africana não tinha fronteiras fixas e permanentes. Era habitada por povos cujos chefes podiam guerrear-se pelas riquezas, pelo poder ou pelos caminhos, não tanto pelos territórios. Quando a política internacional demarcou as fronteiras coloniais, atendendo a interesses europeus, faltava ainda conquistar o interior, esses povos que os exércitos coloniais viam mudar de lugar fugindo-lhes por entre os dedos. De nada serviriam as fronteiras, enquanto as populações não fossem conhecidas e submetidas.

À cartografia dos exploradores científicos, Capelo, Ivens, Henrique de Carvalho, Serpa Pinto, Augusto Cardoso e da própria Comissão de Cartografia acrescentava-se agora a das campanhas militares, dos Serviços Geológicos, Obras Publicas, Serviços Meteorológicos, e de qualificados cientistas autónomos.

A conquista, seguida da ordenação administrativa colonial do espaço, decapita as hierarquias políticas africanas, instala o forte militar junto à embala do Soba. A divisão administrativa primeiro decalca, depois rejeita, por vezes mantém a realidade africana.

A cartografia manuscrita tudo regista para não apagar as autoridades tradicionais submersas, os potenciais inimigos derrotados ou submetidos por assinatura de tratados que a qualquer momento podem reorganizar-se para resistir.

Esta cartografia reservada guardou a imagem de uma África pré-colonial que foi sendo submergida à medida que se instalava o sistema colonial e a cartografia impressa recobria o espaço na totalidade. A cartografia divulgada fez ainda coabitar elementos dessa imagem com a reorganização colonial. Depois, as marcas do passado africano foram progressivamente encobertas pela administração militar e civil.

A cartografia colonial, tendo constituído um processo relativamente curto, funciona como um interface cuja abrangência cronológica se estende, por um lado, em direcção ao passado pré-colonial, e, por outro, atinge a actualidade, não só pela permanência das fronteiras coloniais, mas também pelo reaparecimento da toponímia tradicional, como exemplos mais evidentes.

O estudo deste processo tem a vantagem de nos conduzir a períodos cronológicos muito mais vastos e de contribuir para uma mais ampla compreensão de outros fenómenos: quer dos que ali se repercutem a partir do passado quer dos que se reproduzem no presente.

Maria Emília Madeira Santos

Mapping Africa in Colonial Times (1876 – c. 1940)

The History of Portuguese cartography has paid particular attention to the period of Portuguese discoveries and expansion. However, although the quality and the quantity of maps representing the most diverse areas of the world with particular emphasis on the Portuguese colonies in Africa is indeed remarkable, little is known about the maps prepared by Portuguese cartographers during the 19th and 20th centuries.

The present meeting “Mapping Africa in Colonial Times (1876-c.1940) results from the project “Cartography, Politics and Colonial Territories (1883-1936); a patrimonial register for the historical comprehension of present problems”, which aimed at the virtual reconstitution of the work produced by the Cartography Commission and the way they operated. Using the vast corpus of documents dispersed throughout several research units of the Tropical Research Institute, we intended to build up an operational instrument to be used and applied in cartography, politics and diplomacy as well as in the study of the historical, anthropological, geographical and environmental realities of the tropical regions that were once the object of the scientific missions sent to the colonial territories.

The chronological period embraced by this International Meeting is a little wider than the duration of the Cartography Commission because its antecedents enlighten us on the origins and the interaction of this Commission and also because, after its extinction, many works were concluded by the institutions that followed it.

African land had no fixed or permanent boundaries. It was inhabited by peoples whose leaders could engage in warfare because of riches, power or passage ways but not on account of the land. When the international politics outlined the colonial frontiers, having in mind European interests, the interior was still to be conquered, those peoples who eluded the colonial armies by constantly moving from one place to another. Frontiers were worthless while the population was unknown and yet to be subdued.

To the cartography of scientific explorers such as Capelo, Ivens, Henrique de Carvalho, Serpa Pinto, Augusto Cardoso as well as of the Cartography Commission, were added the mapping of the military campaigns, the public works, the geological and the meteorological services and of other qualified scientists.

The conquest followed by the colonial administrative management of the territory takes the power off the African hierarchies and settles the military fort near the Soba’s court; therefore, the administrative division first copies, then rejects and sometimes maintains African reality.

The manuscript cartography records every detail in order to preserve the subdued traditional authorities, the potential enemies defeated or subdued by treaties, who at any moment could reorganize themselves in order to resist.

This restricted regional cartography maintained the image of a pre-colonial Africa that was being submerged as the colonial system was being imposed and published cartography was covering the entire territory. The disclosed cartography reunited some elements of this image with the colonial reorganization. Afterwards, the signs of the African past were progressively effaced by the civil and the military administration.

Colonial cartography, while corresponding to a relatively short period of time, provides an important interface between the pre-colonial situation and the present time either by the persistence of the colonial borders or by the resurgence of the traditional toponymy.

Maria Emília Madeira Santos

PROGRAMA

Terça feira, 7 de Novembro

- 09.45-10.00 Entrega de Documentação
- 10.00 Sessão de Abertura
- 10.30-11.00 Conferência Inaugural
Ilídio do Amaral – «O Colonialismo Europeu e os Dilemas Africanos»
- 11.00-11.30 Pausa Café
- 11.30-13.00 M^a Emília Madeira Santos, João Diogo, Teresa Vilela, Jorge Macieirinha, Nuno Costa, Vítor Rodrigues, Maria Manuel Torrão e Maria João Soares – Apresentação do Banco de Dados do Projecto «Cartografia, Política e Territórios Coloniais Comissão de Cartografia (1883-1936). Um registo patrimonial para a compreensão histórica dos problemas actuais»
- 13.00-14.30 Almoço
- 14.30-15.00 Luís Aires de Barros, Helena Grego e Cristina Matias – «A SGL e as edições próprias de Cartografia»
- 15.00-15.30 Sérgio Claudino – «A cartografia de África nos manuais escolares ou a intencionalidade do discurso escolar»
- 15.30-15.45 Debate
- 15.45-16.15 Pausa Café
- 16.15-16.45 Francisco Frias de Barros e Paula Santos – «As missões geográficas: construção de um documento cartográfico»
- 16.45-17.15 Ana Cristina Roque e Lívia Ferrão – «Reconhecimentos hidrográficos na cartografia portuguesa da costa centro/sul de Moçambique no século XIX»
- 17.15-17.30 Debate

Quarta-feira, 8 de Novembro

- 09.45- 10.15 Jean-Luc Vellut – «La reconnaissance de la frontière de Kwango du côté de l'État Independant du Congo vers 1890»
- 10.15- 10.45 João Pedro Marques – «A ocupação do Ambriz, 1855. Cartografia e diplomacia de uma derrota inglesa vista à luz da geografia»
- 10.45- 11.00 Debate
- 11.00-11.30 Pausa Café
- 11.30-12.00 João Carlos Garcia – «Variações sobre o Mapa cor-de-rosa (1886-1892): diplomacia e propaganda»
- 12.00-12.30 Nuno André Costa – «Cartografia de propaganda e unidade geográfica do Império (c. 1920-1945)»
- 12.30-12.45 Debate
- 12.45-14.30 Almoço
- 14.30-15.00 Maria Emília Madeira Santos – «A cartografia dos poderes: da matriz original africana à ocupação colonial do espaço»
- 15.00-15.30 Conceição Neto – «Diálogos com a cartografia: revelações, omissões e ilusões. O Huambo (Wanbu) c.1890-1950»
- 15.30-15.45 Debate
- 15.45-16.15 Pausa Café
- 16.15-16.45 Eduardo Medeiros – «Dos territórios linhageiros aos regulados coloniais. O caso dos macuas do vale do Lúrio. A Circunscrição de Montepuez: notas exploratórias»
- 16.45-17.15 Eduardo Costa Dias – «Regulado do Gabú, 1900-1930: a difícil compatibilização entre legitimidades tradicionais e a reorganização do espaço colonial»
- 17.15-17.30 Debate

Quinta-feira, 9 de Novembro

- 09.45- 10.15 Peter Collier – «Boundary demarcation between british and portuguese colonial territories in East Africa»
- 10.15- 10.45 Maciel Santos e Felizardo Bouene – «O *Modus vivendi* (1906-1909): um caso de imperialismo «ferroviário»
- 10.45- 11.00 Debate
- 11.00-11.30 Pausa Café
- 11.30-12.00 José Maria Semedo – «A imagem da evolução urbana da cidade da Praia através da cartografia»
- 12.00-12.30 Cristina Sampaio – «O Zumbo: um problema de direitos históricos na delimitação da fronteira»
- 12.30-12.45 Debate
- 12.45-14.30 Almoço
- 14.30-15.00 Carlos Carvalho – «Reflexão sobre os problemas da evolução dos centros históricos e o papel da Cartografia»
- 15.00-15.30 Olga Iglésias – «Reorganização do espaço na colónia de Moçambique. Estudo de Fenómeno urbano»
- 15.30-15.45 Debate
- 15.45-16.15 Pausa Café
- 16.15-16.45 Jordi Tomas Guilera – «Autoridades tradicionais y fronteras coloniales. El caso de los Joola de Casamance (1886-1916)»
- 16.45-17.15 Rafael Sanzio Araújo dos Anjos – «Cartografia dos Quilombos no Brasil»
- 17.15-17.30 Debate

Sexta-feira, 10 de Novembro

- 09.45- 10.15 Manuel João Ramos – «O apelo do Nilo: a cartografia antiga do Rio Nilo e as viagens europeias de exploração no continente africano»
- 10.15- 10.45 Jorge Macieirinha – «A África austral portuguesa (1836-1883): a cartografia colonial no século XIX»
- 10.45- 11.00 Debate
- 11.00-11.30 Pausa Café
- 11.30-13.00 Visita Guiada ao Museu do Centro Científico e Cultural de Macau
- 13.00-14.30 Almoço
- 14.30 Sessão de Encerramento
Lançamento do Livro *O Domínio da Distância*

**A Sociedade de Geografia de Lisboa
e as edições próprias de Cartografia ultramarina oitocentista (1881-1894)**

Luís Aires de Barros, Helena Grego e Cristina Matias

Sociedade de Geografia de Lisboa
biblioteca.sgl@clix.pt

Deve-se a Luciano Cordeiro e a um vasto número de intelectuais da época, a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) em 1875.

Desde o início e de modo particular após a criação da Comissão Nacional de Exploração e Civilização de África, por proposta da direcção subscrita por Barbosa du Bocage, Luciano Cordeiro e Rodrigo Pequito aprovada em 27 de Março de 1877, esta Sociedade promove e patrocina múltiplas empresas de exploração e ocupação territorial de que se salientam as expedições de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.

Deste modo a SGL foi dando corpo e forma aos movimentos de opinião pública sobre o Ultramar português, divulgando-os e promovendo amplas discussões estendidas à sociedade civil, levando ainda ao governo resultados desta importante actividade cultural.

Entretanto o Ministério da Marinha e Ultramar cria, por decreto de 17 de Fevereiro de 1876, a Comissão Central Permanente de Geographia. Neste acto ficam bem expressas as preocupações do governo português pelo conhecimento científico do ultramar, na esteira do que faziam as demais potências europeias com interesses em África.

Dado o êxito das actividades da SGL e procurando articular as funções do Estado com as da Sociedade, visto que os objectivos a alcançar eram os mesmos foi, esta comissão, em 1880, pelo decreto de 12 de Agosto integrada na Sociedade de Geografia.

A originalidade deste facto resulta da integração de um organismo oficial em uma associação particular. Todavia deve salientar-se que a personalidade jurídica da comissão, mesmo com o nome alterado, manteve-se. Não houve fusão entre as duas entidades. A SGL apenas assegurou o funcionamento da “Comissão”, facultando-lhe instalações, material e pessoal. Quer dizer que a “Comissão” passou a ser um organismo do Estado ao cuidado da SGL, mantendo os poderes públicos o apoio financeiro para que pudesse actuar.

A Comissão Central Permanente de Geographia salientara devidamente a necessidade da ocupação geodésica, cartográfica e hidrográfica dos territórios ultramarinos. A SGL faz saber ao governo da necessidade urgentíssima de se realizar o levantamento hidrográfico das costas e dos portos dos territórios ultramarinos.

Foi em ambiente de sintonia política e científica que o ministro Prof. Barbosa du Bocage (que havia sido Presidente da SGL de 1877 a 1883) referenda o Decreto de 19 de Abril de 1883 que institui a Comissão de Cartografia “encarregada de elaborar e publicar uma collecção de cartas das possessões ultramarinas de Portugal e bem assim quaesquer estudos geographicos a ellas immediatamente ligados, segundo as instruções que, pela secretaria d’estado dos negócios da marinha e ultramar, lhe serão ministradas (...)”

A actividade da Comissão de Cartografia foi ampla e notável.

Apresentam-se nesta comunicação o levantamento e o estudo das cartas editadas pela SGL, resultante de produção cartográfica específica.

Estão estudados e catalogados os seguintes conjuntos cartográficos:

- Conjunto de 15 cartas itinerárias, editadas entre 1882 e 1890, relativas a expedições geográficas africanas, relativamente às quais o papel preponderante da SGL é sobejamente conhecido.
- Cinco cartas relativas à delimitação de fronteiras e construção de caminhos de ferro, e editadas entre 1882 e 1894.
- Conjunto de 11 plantas de cidades das ex-Colónias, apresentadas em 1888 e 1889 ao então Ministério da Marinha e Ultramar, com o objectivo de serem enviadas ao Congresso Internacional de Ciências Geográficas.
- Conjunto de 10 cartas hidrográficas parcelares de Moçambique e Angola, que se inseriam num projecto mais amplo da SGL, tendo em vista o conhecimento hidrográfico e o incremento das comunicações. Foram editadas entre 1881 e 1897.
- Conjunto de 3 cartas gerais.

Notas

A cartografia de África nos manuais escolares ou a intencionalidade do discurso escolar

Sérgio Claudino

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa
sc@ceg.ul.pt

Os mapas coloniais surgem em manuais escolares de Geografia apenas um quarto de século depois da publicação do primeiro livro da disciplina do período liberal (Casado Giraldes, 1826), o que se deverá a dificuldades técnicas e financeiras e técnicas mas, também, ao facto de, em 1860, a reforma da instrução secundária ter determinado o ensino de *Portugal e as suas Colónias*. Em 1861, é aprovado o *Compêndio de Geografia das Províncias e Colónias portuguesas de Além-Mar na Europa, África, Ásia e Oceania, três cartas geográficas coloridas dos Açores, Angola e Estado da Índia*, do Padre José de Sousa Amado. Esta obra, que depois contemplará outras possessões, será a única para o público escolar durante largos anos (com exclusão de atlas escolares). Contudo, a generalidade dos autores escolares dedicam-se, nos seus textos, à descrição dos territórios coloniais e ajudam os jovens portugueses a construir a respectiva representação mental. Teremos de esperar por 1893, para encontrarmos na *Corografia*, de Manuel António Ferreira-Deusdado, nova cartografia escolar do território português, designadamente o africano; este autor fora, de resto, o responsável pelo primeiro apelo à realização de exercícios sobre mapas e esferas, no programa de Geografia de 1886.

Apoiados nos mapas divulgados no seu tempo, como os de Lopes de Lima, Sá da Bandeira e Fernando da Costa, E. Desbuissons e da Comissão de Cartografia, estes autores não esquecem a missão nacionalista do discurso escolar. A ideia de continuidade e de harmonia territorial preside à elaboração dos seus mapas, onde, por exemplo, se desvalorizam os acidentes litorais e se pretende combater a descontinuidade entre o território continental e o insular, nas possessões em que estes coexistem.

Os progressos da cartografia e, sobretudo, das técnicas de representação banalizam os mapas nos manuais do começo do século XX, como sucede nos manuais de Almeida d'Eça, Raposo Botelho ou Mário de Vasconcelos e Sá. O maior rigor do conhecimento do território não contraria a intencionalidade das representações cartográficas escolares – intencionalidade essa que preside, afinal, à mensagem de identificação territorial que orienta a própria disciplina de Geografia.

Notas

Notas

As missões geográficas: construção de um documento cartográfico

Francisco Frias de Barros
IICT, Lisboa

Paula Santos
IICT, Lisboa
santospaula@mail.telepc.pt

Ultrapassado o ciclo histórico dos descobrimentos, a cartografia portuguesa transforma-se e vai ser, principalmente, uma cartografia de áreas continentais, atingindo particular relevo no início do século XVIII com a construção de mapas dos territórios do Brasil e dos trabalhos de delimitação de fronteiras (Albuquerque, 1983).

Com a independência das colónias americanas, as atenções dos países europeus então dominantes política e economicamente, transferem-se para África (Barros, 1995).

Na Conferência Internacional de Berlim as várias potências europeias dividem entre si o território africano. Dela sai enunciado, como modo de legitimação da posse de um território africano, o princípio da «ocupação efectiva» que se baseava não nos direitos históricos mas no seu conhecimento geográfico, o que pressupunha a implantação de limites e construção de cartas.

Para «elaborar e publicar uma colecção de cartas das possessões ultramarinas de Portugal, e bem assim quaisquer estudos geográficos a elas imediatamente ligados» é instituída, por decreto de 19 de Abril de 1883, a Comissão de Cartografia. Desta e sucedendo às viagens de reconhecimento vão nascer as Missões, denominadas umas vezes geodésicas outras geográficas e outras ainda geo-hidrográficas.

Vinculadas à construção de um determinado documento cartográfico, as Missões extinguem-se após a sua conclusão. Foi o que aconteceu, com as Missões da Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Quando a amplitude dos trabalhos exigia mais tempo para a concretização dos seus objectivos, as missões, embora mantendo a mesma designação, alargavam as suas competências, perdiam o seu carácter circunstancial e adquiriam a feição de normais serviços de geodesia. Foi o caso das Missões Geográficas de Timor, Angola e Moçambique. Dada a extensão desses territórios, as duas últimas não chegaram a concluir os trabalhos.

O aperfeiçoamento dos conhecimentos, o avanço tecnológico e a maior disponibilidade de meios humanos e logísticos, traduziu-se na contínua introdução de novos métodos e práticas que facilitaram e permitiram aperfeiçoar a qualidade dos trabalhos.

Notas

Notas

Reconhecimentos hidrográficos na cartografia portuguesa da costa centro/sul de Moçambique no século XIX

Ana Cristina Roque
IICT, Lisboa
anaroque@clix.pt

Lívia Ferrão
IICT, Lisboa

Com esta comunicação pretende-se apresentar uma síntese dos trabalhos de reconhecimento hidrográfico, levados a cabo pela Comissão de Cartografia em Moçambique, no século XIX, em particular no Centro e Sul do país, e salientar a sua importância histórica para a região.

A interpretação e análise das cartas da Comissão existentes no Arquivo do CEHCA, constitui o seu ponto de partida e é resultado de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, tendo em vista a importância dos reconhecimentos hidrográficos para uma avaliação da evolução e das alterações de aspectos específicos da/na costa de Moçambique.

Encaradas como documento escritos, as cartas encerram em si um imenso manancial de informação que ultrapassa em muito a sua leitura em termos meramente cartográficos e que contribuem, hoje, para um melhor conhecimento das vastas áreas nelas representadas.

Notas

La reconnaissance de la frontière de Kwango du côté de l'État Indépendant du Congo vers 1890

Jean-Luc Vellut

Université Catholique de Louvain
jeanluc.vellut@skynet.be

Les premiers accords diplomatiques conclus en 1885 entre Léopold II et le Portugal n'avaient clairement fixé la frontière entre le Congo et l'Angola que sur le papier, en suivant le parallèle tracé à partir de la limite entre les territoires occupés par le Portugal et le Congo sur la rive gauche du Bas-Fleuve Congo (Noqui-Matadi) et en l'étendant vers l'Est jusqu'au fleuve Kwango. La possession du bassin du Kwango était laissée dans le vague, mais pour peu de temps.

La délimitation de la frontière du Kwango eut en effet lieu en 1890-1891. Elle illustre les problèmes liés à la définition de frontières, africaines ou non, suivant la conception européenne, c'est-à-dire suivant les règles d'un cadastre définissant au mètre près les limites de propriétés exclusives. En règle générale, les critères reconnus ont été de divers ordres : celui des revendications politiques de source européenne, appuyées éventuellement, mais pas nécessairement, par l'argument de « traités » conclus avec des autorités « indigènes ». D'autres critères ont également servi de références, ainsi les critères dits « naturels », cherchant à faciliter la délimitation d'une frontière en suivant une caractéristique géographique tels qu'un cours d'eau, une chaîne de montagnes, un bassin hydrographique. Il est aussi arrivé que des critères relevant de la cartographie pure aient été retenus : un parallèle ou un méridien, ont pu offrir une voie de compromis lors d'une négociation bloquée. Enfin les critères de caractère historique ont pu jouer lorsqu'une construction politique existante risquait d'être démantelée et que, du point de vue des puissances conquérantes, son maintien ou au contraire son élimination présentaient plus d'avantages que d'inconvénients.

Chacun de ces critères supposait la reconnaissance précise des terrains litigieux. Chacun prêtait le flanc à de possibles contestations. Chacun ouvrait la voie à des contestations futures.

La négociation de la frontière du Kwango et plus généralement de la Lunda a fait intervenir chacun des critères mentionnés plus haut. Elle est de ce point de vue exemplaire. Du côté congolais, la délimitation de la frontière entre Congo et Angola illustre en particulier :

1. Le poids des visées géopolitiques européennes : le rôle d'un coup de force par l'Etat du Congo, proclamant une annexion unilatérale du bassin du Kwango en 1890, en parallèle avec la tentative portugaise de réunir les Etats lunda de l'Ouest et de l'Est (*mapa cor de rosa*).
2. Facteurs historiques : le rôle des relations avec les pouvoirs locaux : la résistance tenace opposée à l'administration congolaise par le royaume lunda des Yaka (Kiamfu) a freiné l'avance de l'Etat du Congo vers le haut-Kwango, évolution à mettre en parallèle avec les accords conclu entre le Mwata Yamvo et le Portugal. Mais, en marge de ces résistances, noter les alliances conclues par les conquérants avec des forces sociales africaines montantes.

3. Le rôle des explorations cartographiques des régions litigieuses.

L'exposé sera centré sur la place de la région du Kwango dans cette négociation qui devait aboutir à une révision profonde de la géographie politique de cette partie de l'Afrique centrale. Elle soulignera le rôle mélangé des visions géopolitiques européennes et des facteurs locaux dans la délimitation des frontières africaines. Les riches sources cartographiques de l'époque permettent de prendre la mesure d'une histoire complexe.

Notas

**A ocupação do Ambriz (1855):
Cartografia e diplomacia de uma derrota inglesa**

João Pedro Marques

IICT, Lisboa
jpm2@netcabo.pt

O Ambriz situa-se a norte de Luanda e numa região onde, de acordo com os tratados então em vigor, os ingleses não reconheciam qualquer soberania portuguesa. Não obstante, em 1855 as tropas portuguesas ocuparam o Ambriz, aí instalando estruturas administrativas e fiscais que passaram a limitar o comércio feito do e para o interior. Ainda que apresentasse várias reclamações, o governo de Londres acabou por aceitar a ocupação, uma decisão surpreendente quando se sabe que um dos objectivos prioritários da política inglesa relativamente a África era o de garantir que a costa e as vias de penetração para o interior se mantivessem, tanto quanto possível, porosas e abertas ao comércio britânico.

O presente artigo, baseado na documentação do Foreign Office, procura mostrar como essa posição surpreendente da Inglaterra se relaciona com um conjunto de desenvolvimentos ligados à determinação da latitude do lugar.

Notas

**Variações sobre o Mapa cor-de-rosa (1886-1892):
Diplomacia e propaganda**

João Carlos Garcia

Faculdade de Letras, Universidade do Porto
jgarcia@letras.up.pt

Datam do século XVII as primeiras construções cartográficas portuguesas que prefiguram a ideia de uma ligação entre os dois lados da África Meridional. Entre os mapas de Teixeira Albernaz e os mandados elaborar por D. Luís da Cunha, no século XVIII, é dado um novo passo para a concretização do projecto, que o «Mapa Cor de Rosa» fixa, nas suas versões de 1886.

Face ao Ultimatum inglês de 1890 e suas consequências, a imagem portuguesa da África Meridional refaz-se e multiplica-se mas, entre o vasto universo desenhado, publicado e difundido, interessam-nos os mapas diplomáticos e de propaganda, que procuram manipular vontades e convencer poderes.

Notas

Cartografia de propaganda e unidade geográfica do Império (c. 1920-1945)

Nuno André Costa

BIC

nunoasc@sapo.pt

Com o fim da I Guerra Mundial assistiu-se em Portugal ao recurso a uma propaganda de carácter moderno que tinha como objectivo principal criar junto do público nacional um maior interesse pelos assuntos coloniais, uma maior proximidade e intimidade com territórios ultramarinos.

Esta tentativa de através propaganda criar uma identidade entre as várias partes império, era fundamental para difundir junto do público concepções ideológicas com as de «Nação Una» e «Unidade do Império». Os mapas com propósitos propagandísticos terão a responsabilidade de difundir um desses vectores de identidade, a geográfica.

Partindo destes pressupostos tentar-se-á reconhecer na cartografia coeva, os tipo de imagens, as formas e técnicas cartográficas que eram utilizadas na construção dos documentos e como estas tentavam criar e divulgar determinadas representações sobre os territórios ultramarinos tendo em conta as características do imaginário colonial, as transformações das visões ideológicas e do próprio sistema colonial.

Notas

**A cartografia dos poderes:
Da matriz original africana à ocupação colonial do espaço**

Maria Emília Madeira Santos

IICT, Lisboa
emadeirasantos@iict.pt

Delimitadas as fronteiras coloniais, seguiu-se a conquista do interior. A ocupação implicava conhecer e dominar os sítios do poder africano. Fazer reconhecer a nível internacional a soberania exigia o estabelecimento do poder colonial estrategicamente em relação ao poder africano.

Há um determinado momento na cartografia manuscrita em que ambos os poderes estão representados lado a lado.

Embala-Forte, caminhos «gentílicos» – estradas de camiões.

A cartografia foi registando por um lado o crescendo da instalação colonial, desde o forte à cidade; por outro lado a decadência/submersão – mas não a aniquilação – da embala e de todas as marcas originais africanas. Será possível fazer emergir a matriz africana através destas cartas e de uma colaboração estreita de historiadores, arqueólogos e antropólogos com as autoridades governamentais e tradicionais dos PALOPs?

Notas

**Diálogos com a Cartografia: revelações, omissões e ilusões.
O Huambo (Wambu) c.1890-c.1950**

Conceição Neto

Universidade Agostinho Neto, Luanda
saoneto@yahoo.com

O envolvimento do historiador com a cartografia confina-se, geralmente, ao interesse pelo mapa como «fonte» adicional ou «anexo». É pouco para o que se pode exigir e obter duma relação que irá muito mais longe se o historiador aprender com o desenhador, o cartógrafo e o geógrafo, sem se confundir com eles. E se puder ir além das versões finais dos mapas, é possível que a concepção, o processo e o produto cartográfico o interpelem de tal forma que novas hipóteses se levantem.

Exemplos referentes ao Huambo permitem-me testemunhar a importância do património cartográfico português. Para a história social e política, o levantamento aerofotogramétrico dos anos 50 não é necessariamente mais elucidativo que o «retrato» manuscrito de anos anteriores. A superior tecnologia de captação de imagem reduz os erros nas coordenadas dos lugares, mas não significa maior atenção aos factos sociais inscritos na paisagem...

Finalmente, o mapa é sempre uma «reorganização» esquemática e simbólica, mas a cartografia colonial do período analisado obriga a cuidados redobrados. Em poucas dezenas de anos mudou a situação económica, a correlação de forças políticas, a dinâmica do povoamento, a hierarquia dos lugares e a estratificação social. Mudou também a relação dos observadores europeus com o universo africano observado. A cartografia não se limitou a reflectir, inocentemente, as alterações. Integrando ou excluindo elementos do cenário representado, jogou um papel no modo de «olhar», tanto dos colonizadores como dos colonizados.

Notas

Dos territórios linhageiros aos regulados coloniais. O caso dos macuas do vale do Lúrio (após a Companhia do Niassa). A Circunscrição de Montepuez: notas exploratórias

Eduardo Medeiros

Núcleo de Estudos Sobre África (CIDEHUS, Universidade de Évora)
ecm@uevora.pt

Para um passado ainda não muito distante, podemos caracterizar a(s) sociedade(s) macua(s) como sociedades agrícolas de sequeiro, numa agricultura itinerante, organizadas socialmente em clãs matrilineares (*mahimo*, singular: *nihimo*), cujas matrinhagens eram, a nível local, a base social da produção e da reprodução social.

Embora o modelo fosse o mesmo para todo o território, houve especificidades locais na organização política de um conjunto territorial de linhagens. Isto deveu-se a causas internas e externas. A destacar nas internas a anterioridade do povoamento, o fluxo e refluxo de gente, as calamidades naturais, as invasões, etc. Das externas são de realçar os diferenciados impactos do comércio mercantil do marfim e outros produtos naturais, mas sobretudo do tráfico de escravos e da produção para o mercado durante a segunda metade do século XIX. Os referidos comércios implicavam «centros de produção» e «rotas do trato» até ao litoral, a produção de oleaginosas e a recolção de produtos de origem vegetal pressupunham zonas de cultivo e territórios de colecta e a sua comercialização na costa oceaníndica. Em cada uma destas diferentes regiões assistiu-se à formação de entidades étnicas próprias e ao surgimento, por períodos temporalmente datados, de estruturas políticas específicas.

Ora, quando se processou a conquista colonial e, particularmente, a montagem do(s) aparelho(s) administrativo(s), o colonizador encontrou essas especificidades, mas actuou segundo modelos próprios no caso do distrito de Moçambique (hoje província de Nampula) e no caso de Cabo Delgado e do Niassa, territórios concedidos a uma majestática.

O vale do rio Lúrio tornou-se assim uma linha de marcação para os macuas das duas margens que souberam, até aos anos trinta, tirar partido dessas diferenças (Pimentel 1927; Geffray 1984; Medeiros 1986a, 1986b, 1997, 2000 e 2002; João 1989 e 1993; Ivala 1993; Conceição 1993; Pedro 1995).

Resultantes destes vários contextos foram surgindo chefaturas macuas, «maiores» e «menores» – estes dois termos têm que ver com a senioridade clânica –, que foram sendo transformadas, nem sempre da maneira mais criteriosa, em regulados (da administração colonial).

Para os estudiosos da cartografia colonial, a questão estará em saber se (e porquê) os cartógrafos, ao elaborarem os seus mapas, estabeleceram os limites das movediças fronteiras «indígenas» da época, ou marcaram no papel os limites dos regulados que a administração foi determinando, e que se tornaram num colete de forças em proveito dos régulos e dos discursos sobre os régulos.

A minha contribuição para o debate está em mostrar o carácter «movediço» dessas fronteiras tradicionais, a sua «fixação» no período da montagem administrativa e o proveito que os régulos coloniais tiraram disso, ontem, e pretendem continuar a fazê-lo, hoje.

Notas

**Regulado do Gabú, 1900-1930:
A difícil compatibilização entre legitimidades tradicionais e a reorganização do espaço
colonial**

Eduardo Costa Dias
ISCTE, Lisboa
eduardocostadias@yahoo.fr

Nesta comunicação procurarei, a partir da descrição de várias peripécias da errática política da administração colonial no Gabú nos anos 1900-1930, analisar as razões da difícil compatibilização entre as «realidades» dos poderes tradicionais locais e as necessidades da reorganização do espaço colonial. Um exercício complexo, que no caso do Gabú, obrigou as autoridades coloniais a desfazerem e «inventarem» regulados, negarem legitimidades tradicionais e engendrarem novas legitimidades, demitirem régulos e imiscuírem-se nas batalhas sucessórias e também adaptarem «fronteiras» de circunscrições administrativas ou de territórios de regulados às necessidades conjunturais da sua política.

Notas

Boundary demarcation between British and Portuguese colonial territories in East Africa

Peter Collier

University of Portsmouth, GB
peter.collier@port.ac.uk

The boundary between Mozambique and Zimbabwe was delimited by a treaty between Portugal and Great Britain in 1891. The boundary stretches between the Zambezi and Limpopo Rivers, a distance of some 1230 km. As was generally the case with African boundaries settled by the colonial powers, little regards was paid to the wishes of the local population. The actual process of demarcation time consuming, but could allow considerable flexibility to the boundary commissioners. In the case of the British, this was used to gain maximum economic advantage for the new colony of Southern Rhodesia through the inclusion of potentially valuable mineral areas which may, on a strict interpretation of the treaty, have fallen on the Portuguese side of the boundary. Through an examination of the boundary commissioners' reports, this paper will discuss the various factors that influenced the decisions of the boundary commissioners during the demarcation of the Mozambique-Zimbabwe boundary.

Notas

**O *Modus vivendi* (1906-1909):
Um caso de imperialismo «ferroviário»**

Maciel Santos e Felizardo Bouene

Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
ceaup@letras.up.pt

Desde abertura das minas do Transvaal que as relações entre a colónia portuguesa de Moçambique e os territórios sul-africanos constituíam um objecto prioritário na agenda política anglo-portuguesa. Dado o peso dos interesses mineiros na projectada União Sul-Africana, e dada a sua dependência dos fluxos de trabalho moçambicano, a gestão das comunicações entre o Transvaal e a região sul de Moçambique rapidamente ultrapassou o âmbito regional.

As negociações bilaterais sobre o corredor de circulação ferroviária entre o porto natural das minas, Lourenço Marques, e o *hinterland* mineiro, foram determinantes no desenvolvimento de quase todos os litígios coloniais entre Lisboa e Londres. A documentação do Foreign Office relativa a um período fulcral das negociações (1906-1909) contribui para esclarecer o processo que recompôs a geografia económica da África Austral.

Notas

A imagem da evolução urbana da cidade da Praia através da cartografia

José Maria Semedo

Escola Superior de Formação de Professores, Praia
nni04464@cvtelecom.cv

A Cidade da Praia, a actual Capital da República de Cabo Verde evoluiu a partir de uma pequena aldeia portuária dos primórdios do século XVI. Localizada na principal baía da ilha, tendo por núcleo central um planalto limitado por arribas vigorosas. Elevada a categoria de vila ainda no século XVI, o povoado mantém um crescimento lento até a segunda metade do século XIX, altura que ascende à categoria de Cidade. As secas dos finais do século XIX e princípios do século XX deram origem a uma progressiva concentração demográfica em torno da Cidade e o surgimento dos primeiros subúrbios da Praia. Entre a década de sessenta do século XX e o início do século XXI a população da Praia cresceu de 13000 habitantes para 110 000 habitantes, dando origem a uma ocupação de todas as achadas próximas do núcleo central original. A cartografia produzida entre os finais do século XVIII e as fotografias aéreas actuais permitem um acompanhamento do processo de ocupação das achadas, vertentes e vales na cintura urbana bem como os impactes dessa ocupação.

Notas

**O Zumbo:
Um problema de direitos históricos na delimitação da fronteira**

Cristina Sampaio

Mestranda da Faculdade de Letras de Lisboa
m.cristina.sampaio@seg-social.pt

A sedimentação da presença portuguesa ao longo do Zambeze até ao Zumbo desde o século XVII veio a constituir uma marca iniludível no traçado de fronteiras coloniais efectuado pela diplomacia europeia nos finais do século XIX, início do século XX.

A presente comunicação versa sobre os antecedentes históricos que confluíram para a delimitação europeia da fronteira Zumbo-Tete, definida em tratado luso-britânico de 1891, bem como sobre os acontecimentos que, posteriormente, estiveram na origem da demarcação da fronteira no terreno até à nomeação das missões portuguesa e inglesa.

Notas

**Reorganização do espaço na colónia de Moçambique.
Estudo do fenómeno urbano**

Olga Iglésias

Gabinete de Estudos Africanos da Universidade Lusófona, Lisboa
oiglesias@ulusofona.pt

No presente texto, pretende-se analisar o fenómeno urbano como fruto do impacto da colonização portuguesa ao longo dos séculos XIX e XX. Como, é que, foi reorganizado o espaço de Moçambique no tempo colonial? Os exemplos estudados, do Norte ao Sul do território, de implantação de núcleos urbanos no Ibo, Porto Amélia/Pemba, Ilha de Moçambique, Tete, Quelimane, Beira, Inhambane, João Belo/Xai-Xai e Lourenço Marques/Maputo, permitem-nos observar e analisar a sua evolução, isto é, a sua transformação de pequenos povoamentos em vilas e cidades, de pequena e média dimensão. Nesta análise, destaca-se a «continuidade e prática do modelo urbanístico» (Fernandes e Janeiro, 2005, p. 26)¹, assim como se constata o processo de modernização conseguido. Os resultados que ora se apresentam são fruto do Projecto de Investigação intitulado: «Estruturas Urbanas da Expansão Portuguesa – Criação de uma Base de Dados»². Justamente os dados coligidos proporcionam um constante repensar a cidade colonial.

¹ José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, «Estruturas Urbanas da Expansão Portuguesa em África, até ao século XIX, uma síntese», in *UR-Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, nº. 5, 2005, pp. 26-39.

² Projecto concluído em 2004 e chefiado pelo Arquitecto Professor Doutor José Manuel Fernandes, da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, no qual participei, pesquisando a área da África Oriental.

Notas

**Autoridades tradicionais y fronteras coloniales.
El caso de los Joola de Casamance
(1886-1916)**

Jordi Tomas Guilera

Centro de Estudos Africanos (ISCTE, Lisboa)
jtomasguilera@yahoo.com

La presente comunicación tendrá como objetivo explicar la situación de los joola húluf y de los joola ajamaat (o felupos) en la frontera entre Senegal y Guinea Portuguesa tras los acuerdos de 1886, haciendo especial énfasis en el papel de las autoridades tradicionales joola del reino del Bubajum áai (con capital en Oussouye) y su relación con las autoridades coloniales francesas. A través de las informaciones proporcionadas por los archivos coloniales, especialmente, así como aquellas obtenidas sobre el terreno, intentaremos describir como la frontera - en su extremo occidental, hasta el Atlántico - sólo existió sobre el papel, y tanto las autoridades coloniales francesas como las portuguesas no tenían ningún control sobre ella. Explicaremos como, además de la población en general, las autoridades tradicionales no sólo continuaron manteniendo sus vínculos en todo el territorio joola a ambos lados de la frontera, sino que además aprovecharon esa frontera para huir del poder colonial. En este sentido explicaremos el caso de Ufulaal y Diamoullon (o Jamulon), sacerdote y adjunto del gran altar tradicional Jaañaañande de Oussouye (en territorio bajo administración francesa) y sus vinculaciones con pueblos bajo la tutela de la administración portuguesa. Mientras franceses y portugueses aún tardaron varios años en concretar con exactitud la línea fronteriza, tanto las autoridades tradicionales como la población general continuaron funcionando con su propia organización territorial, tanto en términos de parentesco, sociales, políticos, religiosos como económicos.

Notas

**Cartografia e quilombos:
Territórios étnicos africanos no Brasil**

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica, Universidade de Brasília
quilombo@unb.br

Uma das questões estruturais relacionadas à cultura africana no Brasil que continua merecendo investigação e conhecimento, está relacionada aos aspectos historiográficos, geográficos e cartográficos da África e suas relações com a formação do território brasileiro. Dessa maneira, configura-se uma necessidade de recuperação e resgate dos fragmentos de informações e referências espaciais que possam permitir a construção de um perfil das culturas africanas e da população afro-brasileira na estruturação territorial e no desenvolvimento do Brasil. Neste sentido, estabelecer e reconhecer outras perspectivas educacionais para uma compreensão da diáspora africana como elementos formadores da configuração do mundo contemporâneo, constituem pressupostos básicos para traçar um contexto mais adequado do papel das culturas africanas na configuração espacial do território e do povo brasileiro. Preconizamos que essas questões estruturais são fundamentais para se compreender, ter respeito e valorizar as diferenciações étnicas e culturais existentes no país.

É até sintomático que a Geografia e a Cartografia da África e Afro-brasileira não hajam merecido um espaço de destaque no processo de ensino brasileiro, seja por questões políticas, pela abrangência interdisciplinar, pelas dificuldades de informações, seja pela necessidade de utilização de uma perspectiva que contemple a diversidade expressa no espaço geográfico. Dessa forma, este trabalho visa auxiliar na ampliação das informações e do conhecimento sobre aspectos geográficos e cartográficos da dinâmica da diáspora africana e seu rebatimento na formação territorial brasileira. A geografia é a ciência do território, e o território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no espaço geográfico. Ela expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais, as potencialidades da natureza e a heterogeneidade da população. Essa é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar os lugares e suas dinâmicas mais compreensíveis, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para as incongruências e incompatibilidades espaciais. Utilizamos, como ferramenta básica de trabalho, os recursos das imagens cartográficas pela sua possibilidade de ser eficiente no conhecimento e na apreensão de conteúdos historiográficos e contemporâneos. Por outro lado, as demandas para compreensão das complexidades da dinâmica da sociedade são grandes e existem poucas disciplinas melhor colocadas que a cartografia para explicar as inúmeras indagações do que aconteceu, do que está acontecendo e do que pode acontecer no espaço geográfico. Este trabalho faz parte de uma das etapas concluídas no Projecto Geografia Afro-brasileira, que está sendo desenvolvido no Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

Abordamos brevemente na parte inicial do trabalho alguns aspectos fundamentais da geografia e da historiografia africana, particularmente sobre a dinâmica do tráfico de povos africanos para a América, isto porque tomamos como premissa que as informações espaciais sobre a diáspora africana são fundamentais para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel e a inserção do afro-brasileiro na sociedade. A seguir tratamos de referências dos antigos quilombos, sítio geográfico onde se agrupavam povos de ascendência africana e populações excluídas, que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando territórios estruturados e comunidades livres. Nesta parte tratamos, também, da expressão espacial dos quilombos contemporâneos no Brasil, a sua relação com os ciclos económicos coloniais brasileiros e a sua contribuição na formação da população de ascendência africana no Brasil. Com essa estruturação buscamos contribuir efectivamente para a ampliação e a continuidade das discussões, de maneira que a questão racial no Brasil seja tratada com mais seriedade e possibilite, também, uma melhor compreensão cartográfica de alguns dos processos historiográficos fundamentais da formação do povo e organização do território brasileiro.

Notas

O apelo do Nilo: a cartografia antiga do Rio Nilo e as viagens europeias de exploração no continente africano

Manuel João Ramos

Departamento de Antropologia, ISCTE, Lisboa
manuel.ramos@iscte.pt

Esta comunicação analisa a rica tradição cartográfica e cosmográfica antiga, medieval e moderna europeia referente ao Rio Nilo, às suas fontes, ao seu regime de cheia, bem como a literatura relativa às regiões geográficas que o concernem, como parte relevante do aparato ideológico ocidental que veio a suportar, durante a segunda metade do séc. XIX, a exploração do Abay ou Nilo Azul e do Lago T'ana, no norte da Etiópia, bem como a simultânea exploração do Nilo Branco e Lago Victória, na fronteira entre o Uganda e a Tanzânia.

Notas

**A África austral portuguesa (1836- 1883):
A Cartografia Colonial no Século XIX**

Jorge Macieirinha
BIC
jorge.macieirinha@gmail.com

Ao longo do século XIX a cartografia, em geral, é marcada por uma evolução técnica na forma de representar o espaço. As novas tendências de produção cartográfica também afectaram as imagens do o espaço africano que veiculavam ideias de progresso científico e de uma vontade de expansão.

Na Europa, a primeira metade do século XIX é caracterizada por convulsões políticas que vão influenciar a produção de cartografia sobre os territórios coloniais. Após os anos 50 as potências europeias redescobrem o interesse pelos territórios da África austral. A disputa que se seguiu foi decisiva para um conhecimento mais alargado destes espaços, tanto em quantidade como em diversidade. Na cartografia algumas das evoluções técnicas, na forma de representar o espaço, vão coincidir com a necessidade de cartografar novos lugares.

Tirando partido da documentação cartográfica compilada pela Comissão de Cartografia que integra o espólio cartográfico do *Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga (CEHCA)*, em especial a cartografia manuscrita que este encerra, propomo-nos perceber como se caracteriza a evolução da forma de representar os territórios africanos, entre as décadas de trinta e oitenta do século XIX. Para tal propomo-nos recolher e sistematizar os diferentes elementos que contribuem para descrever a cartografia deste período, principalmente a portuguesa e sobre a África Austral.

Por fim, pretendemos determinar algumas das tendências de produção da cartografia colonial portuguesa do século XIX usando para tal alguns exemplos cartográficos que integram o legado da Comissão de Cartografia.

Notas

Notas

CONTACTOS

Ana Cristina Roque	anacroque@netcabo.pt
Conceição Neto	saoneto@yahoo.com
Cristina Matias	biblioteca.sgl@clix.pt
Cristina Sampaio	m.cristina.sampaio@seg-social.pt
Eduardo Costa Dias	eduardocostadias@yahoo.fr
Eduardo Medeiros	ecm@uevora.pt
Felizardo Bouene	ceaup@letras.up.pt
Francisco Frias de Barros	cgeod@iict.pt
Helena Grego	biblioteca.sgl@clix.pt
Ilídio do Amaral	ana.amaral@igf.gov.pt
Jean-Luc Vellut	jeanluc.vellut@skynet.be
João Carlos Garcia	jgarcia@letras.up.pt
João Pedro Marques	jpm2@netcabo.pt
Jordi Tomas Guilera	jtomasguilera@yahoo.com
Jorge Macieirinha	vitor.macieirinha@gmail.com
José Maria Semedo	nni04464@cvtelecom.cv
Lívia Ferrão	cphst@iict.pt
Luís Aires de Barros	biblioteca.sgl@clix.pt
Maciel Santos	ceaup@letras.up.pt
Manuel João Ramos	manuel.ramos@iscte.pt
Manuel Lobato	mlobato@iict.pt
Maria Emília Madeira Santos	emadeirasantos@iict.pt
Maria João Soares	mjoaosoares@yahoo.co.uk
Maria Manuel Torrão	mmanueltorrao@hotmail.com
Nuno André Costa	nunoasc@sapo.pt
Olga Iglésias	oiglesias@ulusofona.pt
Paula Santos	santospaula@mail.telepc.pt
Peter Collier	peter.collier@port.ac.uk
Rafael Sanzio A. Dos Anjos	mappas@unb.br
Sérgio Claudino	sc@ceg.ul.pt
Vítor Rodrigues	rodrigues.v@gmail.com

